

SUMÁRIO

SIGLAS	25
INTRODUÇÃO	27

Parte I – TEORIA GERAL DOS RECURSOS, DA ORDEM DOS PROCESSOS E DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS

Capítulo I – Teoria geral dos recursos	31
1. Introdução e conceito	31
2. Modalidades recursais e competência legislativa	32
3. Características	33
4. Classificação dos recursos	34
4.1. Totais ou parciais	34
4.2. Principal e adesivo	36
4.3. Fundamentação livre ou vinculada	37
4.4. Ordinários e extraordinários	38
5. Princípios recursais	39
5.1. Introdução	39
5.2. Duplo grau de jurisdição	41
5.3. Taxatividade	43
5.4. Unirrecorribilidade	44
5.5. Fungibilidade	45
5.6. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	48
5.7. Colegialidade	50
5.8. Dialeticidade	51
5.9. Consumação	52
5.10. Complementaridade	53
5.11. Imparcialidade no Âmbito Vertical	53
6. Efeitos dos recursos	56
6.1. Introdução	56

6.2. Devolutivo	56
6.3. Suspensivo	59
6.4. Translativo	61
6.5. Obstativo	64
6.6. Regressivo	65
7. Recurso adesivo	65
8. Pedidos possíveis nos recursos	72
9. Requisitos recursais (juízo de admissibilidade dos recursos)	74
9.1. Aspectos gerais	74
9.1.1. Requisitos de admissibilidade e sua classificação	74
9.1.2. Momento do juízo de admissibilidade	76
9.1.3. Natureza da decisão sobre a admissibilidade	78
9.1.4. Matéria de ordem pública	80
9.2. Requisitos em espécie	80
9.2.1. Cabimento	80
9.2.2. Legitimidade recursal	81
9.2.3. Interesse recursal	86
9.2.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	88
9.2.4.1. Fato impeditivo	89
9.2.4.2. Fatos extintivos	92
9.2.4.2.1. Renúncia	92
9.2.4.2.2. Aquiescência	93
9.2.5. Tempestividade	94
9.2.5.1. Feriado local	100
9.2.6. Preparo	104
9.2.7. Regularidade formal	114
10. Verba honorária na fase recursal	115
11. Remessa necessária	124
11.1. Noção geral	124
11.2. Natureza jurídica	125
11.3. Hipóteses de remessa necessária	125
11.3.1. Situações do art. 496, I, do CPC	125
11.3.2. Situações do art. 496, II, do CPC	126
11.4. Situações fora do CPC	126
11.5. Dispensa da remessa necessária	127
11.5.1. Dispensa da remessa necessária no mandado de se- gurança	128
11.6. A remessa necessária no tribunal	129

12. Enunciados do FPPC	130
13. Quadro resumo	132

Capítulo II – Da ordem dos processos nos Tribunais 139

1. Introdução	139
2. Direito jurisprudencial (arts. 926 A 928)	140
3. Do registro à distribuição (arts. 929 a 931)	147
4. Poderes do relator (arts. 932 e 933)	150
4.1. Proibição da Decisão-Surpresa nos Tribunais	155
5. Designação de data de julgamento (arts. 934 A 936)	158
6. Sessão de julgamento e sustentação oral	160
7. Julgamento, pedido de vista e acórdão	165
8. Nulidades sanáveis no âmbito recursal	169
9. Incidente de colegialidade qualificada (art. 942)	171
10. Julgamento eletrônico	174
11. Julgamento parcial de mérito no âmbito dos tribunais	175
12. enunciados do fppc	178
13. Quadro resumo	182

Capítulo III – Processos de competência originária dos Tribunais 185

1. Introdução	185
2. Incidente de assunção de competência	186
2.1. Enunciados do FPPC	189
3. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	190
4. Conflito de competência	194
5. Homologação de decisão estrangeira e concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória	198
5.1. Enunciados do FPPC	200
6. Ação rescisória	201
6.1. Noções gerais e conceito	201
6.2. Objeto	202
6.3. Extensão	204
6.4. Hipóteses de cabimento (fundamentos)	204
6.5. Prazo	212
6.6. Competência	214
6.7. Legitimidade	215
6.8. Petição inicial: requisitos, depósito prévio e admissibilidade	217
6.9. Juízo rescisório e rescindendo	219
6.10. Procedimento	220

6.11. Tutela provisória	224
6.12. Enunciados do FPPC	225
7. Incidente de resolução de demandas repetitivas	226
7.1. Aspectos gerais e conceito	226
7.2. Requisitos	228
7.3. Legitimidade	230
7.4. Competência	231
7.5. Pedido de instauração	232
7.6. Dinâmica procedimental	232
7.7. Suspensão dos processos pendentes	235
7.8. Recorribilidade	236
7.9. Formação de precedente obrigatório, sua abrangência, formação de coisa julgada e força executiva	237
7.10. Efeitos processuais práticos da tese fixada	238
7.11. Revisão de tese	239
7.12. Enunciados do FPPC	239
8. Reclamação	242
8.1. Introdução	242
8.2. Natureza jurídica	242
8.3. Cabimento	243
8.4. Competência	246
8.5. Legitimidade	247
8.6. Processamento	249
8.7. Enunciados do FPPC	251
9. Quadro resumo	253

Parte II – RECURSOS CÍVEIS EM ESPÉCIE

Capítulo I – Apelação	259
1. Introdução	259
2. Requisitos de admissibilidade	260
2.1. Cabimento	260
2.1.1. Sentença (art. 1.009, <i>caput</i> , do CPC)	262
2.1.2. Decisões interlocutórias previstas no art. 1.015 do CPC que integrarem capítulo da sentença (art. 1.009, § 3º, do CPC)	264
2.1.3. Capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga tutela provisória (art. 1.013, § 5º, do CPC)	265

2.1.4. Decisões interlocutórias que não se sujeitam ao regime de preclusão (art. 1.009, § 1º, do CPC)	266
2.2. Legitimidade recursal	270
2.3. Interesse recursal	270
2.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	270
2.5. Tempestividade	271
2.6. Preparo	271
2.7. Regularidade formal	271
3. Efeitos	272
3.1. Devolutivo	273
3.1.1. Profundidade e extensão	273
3.1.2. Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal (causa madura)	275
3.2. Suspensivo	278
4. Interposição e processamento	286
4.1. No juízo <i>a quo</i>	286
4.2. No juízo <i>ad quem</i>	289
5. Questões de fato não invocadas no juízo inferior	290
6. Apelação em caso de indeferimento da petição inicial	290
7. Apelação em caso de improcedência liminar do pedido	292
8. Apelação em caso de sentença terminativa	294
9. Enunciados Do FPPC	295
10. Modelos de petição	297
10.1. Apelação pedindo a reforma da sentença	297
10.2. Apelação pedindo a anulação da sentença	300
10.3. Apelação contra sentença terminativa	303
10.4. Pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação	306
10.5. Resposta ao recurso de apelação	309
11. Quadro resumo	311
Capítulo II – Agravo de instrumento	315
1. Introdução	315
1.1. Recorribilidade das decisões interlocutórias de primeiro grau	315
1.2. Perspectiva histórica da recorribilidade das decisões interlocutórias de primeiro grau	317
2. Requisitos de admissibilidade	320
2.1. Cabimento	320
2.1.1. Considerações iniciais	320

2.1.2.	O rol do art. 1.015 do CPC	322
2.1.2.1.	Tutelas provisórias	322
2.1.2.2.	Mérito do processo	326
2.1.2.3.	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem	328
2.1.2.4.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	329
2.1.2.5.	Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	331
2.1.2.6.	Exibição ou posse de documento ou coisa ..	332
2.1.2.7.	Exclusão de litisconsorte	332
2.1.2.8.	Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio	333
2.1.2.9.	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros	334
2.1.2.10.	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução	334
2.1.2.11.	Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º	336
2.1.2.12.	Outros casos expressamente referidos em lei	339
2.1.2.12.1.	A situação específica do sobrestamento de causas em decorrência do julgamento dos recursos especial e extraordinário repetitivos	341
2.1.2.13.	Decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença, na fase de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário	343
2.1.2.13.1.	Na liquidação de sentença	344
2.1.2.13.2.	No cumprimento de sentença	346
2.1.2.13.3.	No processo de execução	347
2.1.2.13.4.	No processo de inventário	348
2.1.3.	Taxatividade (ou não) do art. 1.015 do CPC	349
2.2.	Legitimidade recursal	355
2.3.	Interesse recursal	355

2.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	355
2.5. Tempestividade	355
2.6. Preparo	355
2.7. Regularidade formal	356
3. Efeitos	359
4. Interposição e processamento	361
4.1. Formas de interposição	364
5. Comunicação ao juízo <i>a quo</i>	365
6. Enunciados do FPPC	368
7. Modelos de petição	369
7.1. Agravo de instrumento simples pedindo reforma da decisão	369
7.2. Agravo de instrumento com pedido de efeito ativo	372
7.3. Agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo ...	374
7.4. Agravo de instrumento interposto fora das hipóteses contempladas expressamente pelo art. 1.015 do CPC	377
7.5. Resposta ao recurso de agravo de instrumento	380
8. Quadro resumo	383
Capítulo III – Agravo interno	387
1. Introdução	387
2. Cabimento	388
3. Requisitos de admissibilidade, interposição e processamento	389
4. Multa	392
5. Modelo de Petição	395
6. Enunciados do fppc	398
7. Quadro resumo	398
Capítulo IV – Embargos de declaração	401
1. Introdução	401
2. Natureza jurídica	403
3. Requisitos de admissibilidade	405
3.1. Cabimento	405
3.1.1. Esclarecer obscuridade	406
3.1.2. Eliminar contradição	407
3.1.3. Suprir omissão	409
3.1.4. Corrigir erro material	413
3.2. Legitimidade recursal	414

3.3. Interesse recursal	415
3.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	416
3.5. Tempestividade	416
3.6. Preparo	417
3.7. Regularidade formal	418
4. Oposição e processamento	419
5. Efeitos	420
5.1. Especificamente o efeito suspensivo	421
5.2. Especificamente o efeito interruptivo	423
5.3. Especificamente o efeito infringente	426
6. Competência e Julgamento (art. 1.024)	429
6.1. Especificamente as consequências no recurso anteriormente interposto pela parte contrária (art. 1.024, §§ 4º e 5º)	432
6.2. Fungibilidade	434
6.3. Embargos protelatórios (art. 1.026, §§ 2º ao 4º)	435
7. Pré-questionamento pelos embargos de declaração (art. 1.025) ...	437
8. Enunciados do FPPC	437
9. ModeloS de petição	439
9.1. Embargos de declaração fundados em omissão	439
9.2. Resposta a recurso de embargos de declaração	440
10. Quadro resumo	441
Capítulo V – Recurso Ordinário	445
1. Introdução	445
2. Cabimento	446
3. Requisitos de admissibilidade	449
4. Efeitos	450
5. Interposição e processamento	451
6. Modelo de Petição	452
7. Enunciados do FPPC	454
8. Quadro resumo	454
Capítulo VI – Recurso especial e recurso extraordinário	457
1. Introdução	457
2. Cabimento	459
2.1. Recurso extraordinário	459
2.2. Recurso especial	460
3. Requisitos de admissibilidade	463

3.1.	Requisito gerais/processuais	463
3.2.	Requisitos específicos/constitucionais	468
3.2.1.	Esgotamento das instâncias recursais ordinárias ("causa decidida")	468
3.2.2.	Proibição do reexame de matéria fática	470
3.2.3.	Prequestionamento	472
3.2.4.	Repercussão geral	473
3.2.5.	Ofensa reflexa	476
3.2.6.	Dissídio jurisprudencial	479
3.2.7.	Relevância da questão federal	481
4.	Interposição e processamento	484
4.1.	Interposição conjunta de recurso especial e recurso extra- ordinário	485
5.	Regras procedimentais comuns ao recurso especial e ao recurso extraordinário	491
5.1.	Juízo de admissibilidade	491
5.2.	Procedimento de admissibilidade e gestão do recurso espe- cial e do recurso extraordinário	492
5.3.	Julgamento do recurso especial e do recurso extraordinário repetitivos	498
5.3.1.	Seleção dos recursos representativos da controvérsia repetitiva	498
5.3.2.	Processamento dos recursos repetitivos	501
5.3.3.	Efeitos do julgamento nos Tribunais Superiores	506
5.3.4.	Efeitos do julgamento nos tribunais locais e no pri- meiro grau de jurisdição	506
5.3.5.	Celebração de acordo e negócio jurídico processual no âmbito dos recursos repetitivos	510
5.4.	Suspensão dos processos em todo o território nacional	511
5.5.	Efeitos devolutivo e suspensivo	512
6.	Modelos de Petição	514
6.1.	Modelo de recurso especial	514
6.2.	Modelo de recurso extraordinário	518
7.	Enunciados do FPPC	523
8.	Quadro resumo	527

**Capítulo VII – Agravo em recurso especial e recurso extraordi-
nário 531**

1.	Introdução	531
----	------------------	-----

2. Agravo da decisão de não admissão de recurso especial e recurso extraordinário	534
2.1. Requisitos de admissibilidade	534
2.2. Interposição e processamento	536
3. Agravo interno contra não admissão de recurso especial e recurso extraordinário	538
3.1. Cabimento	539
3.2. Requisitos de admissibilidade, interposição e processamento	542
3.3. Agravo interno contra indeferimento do pedido de intempestividade de recurso extraordinário ou recurso especial ...	545
4. ModeloS de Petição	546
4.1. Agravo de admissão de recurso especial	546
4.2. Agravo de admissão de recurso extraordinário	550
5. Enunciados do FPPC	557
6. Quadro resumo	557
Capítulo VIII – Embargos de Divergência	561
1. Introdução	561
2. Cabimento	564
3. Requisitos de admissibilidade, interposição e processamento	568
4. Modelo de Petição	571
5. Enunciados do FPPC	574
6. Quadro resumo	574
Recomendação CNJ nº 134, de 9 de setembro de 2022	576
Bibliografia	585